



Diretoria de Planejamento Estratégico | DEPLAN

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2018

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Fevereiro 2019



DIREÇÃO E CÚPULA 2018-2019

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

PRESIDENTE DA SEÇÃO CRIMINAL

Desembargador Fernando Antonio Torres

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

Desembargador Getúlio Evaristo dos Santos Neto

DECANO

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. Consolidação dos resultados alcançados no TJSP.....	02
2. Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico.....	06
3. Identificação das ações a serem modificadas em 2019.....	37

INTRODUÇÃO

A Resolução CNJ 201/2015 introduziu os Planos de Logística Sustentável (PLS) nos Tribunais brasileiros. O Provimento TJSP 2.262/15 regulamentou referida Resolução no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O presente relatório foi elaborado para manter a conformidade com o artigo 23 da Resolução CNJ 201/2015 e com o artigo 13 do Provimento TJSP 2.262/15 (*“Os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas no PLS-TJSP deverão ser publicados ao final de cada semestre do ano no Portal do TJSP, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores”*).

Os dados informados neste documento são originários dos administradores prediais de todas as comarcas do Estado de São Paulo e de alguns setores específicos (Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Abastecimento, Assessoria de Imprensa, Secretaria de Gestão de Pessoas). O processamento dos dados foi finalizado às 19 horas do dia 26 de fevereiro de 2019, faltando apenas 1 % do total dos dados de 2017 e 2018.

O relatório está estruturado nas seguintes partes: **1. Consolidação dos resultados alcançados**, com a apresentação das economias mais relevantes do TJSP; **2. Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico** (Anexo I da Resolução CNJ 201/2015), item que destaca a comparação do desempenho dos indicadores aferidos no TJSP entre os anos 2017 e 2018 e **3 Identificação das ações a serem modificadas em 2019**, parte que representa as estratégias a serem adotadas, resultantes da análise dos indicadores com comportamento desfavorável e manutenção daqueles que obtiveram êxito em comparação ao ano de 2017.

1. Consolidação dos resultados alcançados no TJSP

Nesta seção, foram consolidados os resultados favoráveis dos indicadores no TJSP que, no item 2, vão destacados com um círculo verde. Os itens que obtiveram redução no consumo e nos gastos foram: papel, copos descartáveis, água mineral em embalagens descartáveis, impressão e suprimentos, telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água, manutenção de veículos e consumo de diesel.

A revisão de contratos de aquisição de bens e serviços pela E. Presidência e a 4ª edição do TJ Sustentável, promovendo a sensibilização dos magistrados e servidores para um consumo sustentável, foram os dois principais fatores que, provavelmente, geraram bons resultados obtidos nos 23 indicadores abaixo.

Dentre os indicadores, merece destaque a grande redução do número de impressões, com queda de 45% em relação a 2017 e a economia de 26,5% derivada dos contratos terceirizados de impressão.

PAPEL

CONSUMO DE PAPEL NÃO-RECICLADO PRÓPRIO

Foram consumidos 75.177 resmas a menos de papel em 2018 quando comparado com 2017, o que equivale a uma redução de 12,3%.

GASTO COM PAPEL NÃO-RECICLADO PRÓPRIO

Cerca de 7% foram economizados em gastos com papel não-reciclado próprio, o que corresponde em valores absolutos o total de R\$ 565.060,12.

COPOS DESCARTÁVEIS

CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA

Em 2018, 1.325 centos de copos foram consumidos a menos em todo o TJSP, reduzindo em 0,6% em relação ao ano de 2017.

GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA

Uma economia de R\$ 51.715,91 (8,2% a menos) em 2018 em relação a 2017 fora obtida.

GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ

Redução de 4,4% (R\$ 6.119,93) no gasto com copos de café, apesar de o consumo haver aumentado.

ÁGUA MINERAL EM EMBALAGENS DESCARTÁVEIS

GASTO COM ÁGUA MINERAL EM EMBALAGENS DESCARTÁVEIS

Em 2018, foram gastos R\$187.999,37 a menos com água mineral descartável, redução de aproximadamente 13% em relação ao ano de 2017.

IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS

QUANTIDADE DE IMPRESSÃO

A grande redução ocorreu neste item: em 2017, foram 615.722.240 impressões contra 336.299.959 em 2018, ou seja, 279.422.281 impressões a menos, correspondendo a uma diminuição de 45,4%.

PERFORMANCE DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Em decorrência do item anterior, foram reduzidas 1.700 impressões por equipamento e o número de impressoras praticamente manteve-se igual.

GASTO COM AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS

Redução de 16,8% em 2018 quando comparado com 2017 foi obtida neste item, equivalendo economia de R\$ 157.891,29.

GASTO COM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSÃO

Nos contratos de terceirização, economizou-se R\$ 6.389.493,37 em 2018, uma redução de 26,5% em relação ao ano anterior.

TELEFONIA FIXA

GASTO COM TELEFONIA FIXA

Pelas informações coletadas das administrações prediais, houve redução de gastos em 8,4% , um total de R\$ 518.959,50.

GASTO RELATIVO COM TELEFONIA FIXA

Por linha telefônica, gastou-se R\$ 453,64 em 2018 e R\$ 495,23 em 2017.

TELEFONIA MÓVEL

GASTO COM TELEFONIA MÓVEL

Em 2018, os gastos com telefonia móvel foram reduzidos em 11,8% em relação ao ano de 2017, uma economia de R\$ 68.447,27.

GASTO RELATIVO COM TELEFONIA MÓVEL

O gasto por linha de telefonia móvel ficou em R\$540,24 em 2018 e em R\$ 612,44 no ano anterior.

ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Segundo os dados informados pelas administrações prediais, 3,2% foi a redução no consumo de energia em 2018 quando comparado ao ano de 2017, o que corresponde a uma diminuição de 2.281.343 kWh.

CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Houve redução de R\$27,36 em 2017 para R\$23,98 kWh por metro quadrado em 2018. Deve-se destacar que a área útil do TJSP sofreu um aumento.

GASTO RELATIVO COM ENERGIA ELÉTRICA

Com energia elétrica gastou-se R\$12,60 por metro quadrado em 2017 e R\$ 12,46 em 2018.

ÁGUA

CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA

Em 2018, o consumo de metros cúbicos por metro quadrado foi de 0,235 contra 0,2477 em 2017.

GASTO RELATIVO COM ÁGUA

Reduziu-se de R\$5,27 por metro cúbico em 2017 para R\$5,23 por metro cúbico em 2018, o gasto relativo com água.

VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL

GASTO COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

O gasto com a manutenção de veículos foi reduzido em 30,5% em 2018 quando comparado ao ano anterior, uma diminuição de R\$ 1.190.275,44

GASTO RELATIVO COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

Por veículo, gastou-se R\$ 2.108,83 com manutenção em 2018, contra R\$ 2.977,48 em 2017.

CONSUMO DE DIESEL

Neste combustível, houve redução de consumo em 16,2%, 8.992 litros a menos em 2018, quando confrontado com o consumo de 2017.

CONSUMO RELATIVO DE DIESEL

Por veículo, em 2018, foram consumidos 1.032,24 litros de diesel, enquanto que em 2017 este valor correspondeu a 1.231,84 litros.

2. Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico

Os indicadores estratégicos referem-se ao Anexo da Resolução CNJ 201/2015 informados mensal e anualmente ao CNJ por meio de sistema informatizado.

A definição de cada indicador foi extraída literalmente do Glossário da Resolução CNJ 201.

As variáveis e indicadores referem-se aos itens: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.

Foram comparados os desempenhos das variáveis e indicadores supramencionados nos anos de 2017 e 2018.

Por fim, os indicadores com desempenho favorável foram identificados com um círculo verde no lado esquerdo do ano de 2018.

CONSUMO DE PAPEL

Consumo de papel não-reciclado próprio 2.1 CPnrp

Quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

2017	2018	
611.357 resmas	536.180 resmas	

Consumo de papel reciclado próprio 2.2 CPPr

Quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.5.

2017	2018	
12.093 resmas	0 resmas	

Consumo de papel próprio 2.3 CPrp

Quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

2017	2018	
623.450 resmas	536.180 resmas	

Consumo de papel não-reciclado contratado 2.4 CPnrc

Quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia

2017	2018	
O TJSP não contrata papel	O TJSP não contrata papel	

CONSUMO DE PAPEL

Consumo de papel reciclado contratado 2.5 CPrc

Quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

2017

O TJSP não contrata papel

2018

O TJSP não contrata papel

Consumo de papel contratado 2.6 CPp

Quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.

2017

O TJSP não contrata papel

2018

O TJSP não contrata papel

Consumo de papel total 2.7 CPt

Quantidade total consumida de resmas de papel, incluindo papel próprio e contratado, reciclado e não-reciclado

2017

623.450 resmas

2018

536.180 resmas



GASTOS COM PAPEL

Gasto com papel não-reciclado próprio **2.8 GPnrp**

Despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no indicador 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017	2018
R\$ 8.792.541,49	R\$ 8.227.481,37



Gasto com papel reciclado próprio **2.9 GPrp**

Despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no item 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017	2018
R\$ 215.127,35	R\$ 0,00

Gasto com papel próprio **2.10 GPp**

Despesa total realizada pelo órgão com a aquisição de resmas de papel. Não considerar a despesa referente ao papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplada no item 5.6. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017	2018
R\$ 9.007.668,84	R\$ 8.227.481,37



CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Consumo de copos descartáveis para água 3.1 CCa

Quantidade consumida de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200 ml

2017	2018
240.375 centos de copos	239.050 centos de copos



Consumo de copos descartáveis para café 3.2 CCc

Quantidade consumida de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 ml.

2017	2018
116.400 centos de copos	121.100 centos de copos

Consumo de copos descartáveis total 3.3 CCt

Quantidade total consumida de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água e café.

2017	2018
356.775 centos de copos	360.150 centos de copos

GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS

Gasto com copos descartáveis para água **3.4 GCa**

Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200 ml. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades

2017	2018	
R\$ 630.147,20	R\$ 578.431,29	

Gasto com copos descartáveis para café **3.5 GCc**

Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 ml. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades

2017	2018	
R\$ 137.934,46	R\$ 131.814,53	

Gasto com copos descartáveis total **3.6 GCt**

Despesa total realizada com a aquisição de copos descartáveis para água e para café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 e 200 ml

2017	2018	
R\$ 768.081,66	R\$ 710.245,82	

ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Consumo de embalagens descartáveis para água mineral

4.1. CED

Quantidade consumida de embalagens plásticas descartáveis para água mineral envasada, com ou sem gás, em unidades.

2017

1.399.194 unidades

2018

1.626.837 unidades

Consumo de embalagens retornáveis para água mineral

4.2. CER

Quantidade consumida de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrações retornáveis).

2017

343.960 unidades

2018

350.461 unidades

Gasto com água mineral em embalagens descartáveis

4.3. GAED

Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017

R\$ 1.455.969,38

2018

R\$ 1.267.970,01



Gasto com água mineral em embalagens retornáveis

4.4. GAER

Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrações retornáveis). Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017

R\$ 2.405.810,20

2018

R\$ 2.570.926,35

IMPRESSÃO

Quantidade de impressão

5.1. QI

Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão e reprografia.

2017	2018
615.722.240 impressões	336.299.959 impressões



Quantidade de equipamentos de impressão

5.2. QEI

Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano. Incluir os equipamentos utilizados nos contratos de serviços de impressão e reprografia. A unidade responsável pela informação é a executora do contra-

2017	2018
12.540 equipamentos	12.544 equipamentos

Performance dos equipamentos instalados

5.3. PEI

Quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.

2017	2018
4.558 impressões/equipamento	2.858 impressões/equipamento



GASTOS COM IMPRESSÃO

Gasto com aquisições de suprimentos

5.4. GAS

Despesa realizada com aquisição de suprimentos de impressão como cartuchos de tinta, toners, fitas de impressão, entre outros, com exceção de papel adquirido pelo órgão, pois este é considerado no item 2.3. Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

2017	2018
R\$ 937.455,02	R\$ 779.563,73



Gasto com aquisição de impressoras

5.5. GAI

Despesa realizada com aquisição de equipamentos de impressão. Considera-se evento gerador a data da aquisição.

2017	2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Gasto com contratos de terceirização de impressão

5.6. GCO

Despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (*outsourcing*) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel, conforme o contrato).

Considera-se como evento gerador a data da assinatura ou renovação do contrato.

2017	2018
R\$ 24.116.857,03	R\$ 17.727.363,66



TELEFONIA FIXA

Gasto com telefonia fixa

6.1. GTF

Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

2017	2018
R\$ 6.179.009,07	R\$ 5.660.049,57



Linhas telefônicas fixas

6.2. LTF

Quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.

2017	2018
12.477 linhas fixas	12.477 linhas fixas

Gasto relativo com telefonia fixa

6.3. GRTF

Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)

2017	2018
R\$ 495,23 / linha telefônica	R\$ 453,64 /linha telefônica



TELEFONIA MÓVEL

Gasto com telefonia móvel

6.4. GTM

Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017
R\$ 580.590,16

2018
R\$ 512.142,89



Linhas telefônicas móveis

6.5. LTM

Quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas).

2017
948 linhas móveis

2018
948 linhas móveis

Gasto relativo com telefonia móvel

6.6. GRTM

Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017
R\$ 612,44 / linha telefônica móvel

2018
R\$ 540,24 /linha telefônica móvel



ENERGIA ELÉTRICA

Consumo de energia elétrica

7.1. CE

Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.

2017	2018
71.067.210,86 kWh	68.785.867,43 kWh



Consumo relativo de energia elétrica

7.2. CRE

Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação ao total do órgão.

2017	2018
27,36 kWh/m ²	23,98 kWh/m ²



Gasto com energia elétrica

7.3. GE

Valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017	2018
R\$ 32.720.734,08	R\$ 35.762.167,93

Gasto relativo com energia elétrica

7.4. GRE

Valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017	2018
R\$ 12,60 /m ²	R\$ 12,46 /m ²



ÁGUA E ESGOTO

Consumo de água 8.1. CA

Consumo total de água fornecida pela concessionária.

2017
643.349 m³

2018
674.363 m³

Consumo relativo de água 8.2. CRA

Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.

2017
0,2477 m³/m²

2018
0,235 m³/m²



Gasto com água 8.3. GA

Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017
R\$ 13.678.645,28

2018
R\$ 15.004.323,68

Gasto relativo com água 8.4. GRA

Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).

2017
R\$ 5,27/m³

2018
R\$ 5,23 /m³



RESÍDUOS

Destinação de papel

9.1. DPA

Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Dados indisponíveis

Destinação de plásticos

9.2. DPL

Quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Dados indisponíveis

Destinação de metais

9.3. DMT

Quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Dados indisponíveis

Destinação de vidros

9.4. DVD

Quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.

Dados indisponíveis

RESÍDUOS

Coleta geral

9.5. CGe

Quantidade de total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais.

Dados indisponíveis

Total de materiais destinados à reciclagem

9.6. TMR

Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras.

Dados indisponíveis

Destinação de resíduos de informática

9.7. DRI

Quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta. Excluem-se os cartuchos e toners que são específicos para impressão, já contemplados no indicador 9.8.

Dados indisponíveis

Destinação de suprimentos de impressão

9.8. DSI

Quantidade de suprimentos de impressão (carças, toners, cartuchos) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem (Decreto Federal 7.404/2010). Na ausência dessas empresas, devem ser doados com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso (Classe I).

2017

60,0 Kg

2018

34,5 kg

RESÍDUOS

Destinação de pilhas e baterias

9.9. DPB

Quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso (Classe I).

Dados indisponíveis

Destinação de lâmpadas

9.10. DPL

Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.

2017

56.812 unidades

2018

54.200 unidades

Destinação de resíduos de saúde

9.11. DRS

Quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento (Resolução Anvisa 358/2005), com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.

Dados indisponíveis

Destinação de resíduos de obras e reformas

9.12. DOB

Quantidade de resíduos de obra ou reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil (Lei 12.305/2012), inclusive os encaminhados para reuso.

Dados indisponíveis

GASTOS COM REFORMAS

Gastos com reformas no período-base (2018)

10.1. GRB

Despesa realizada com reformas e mudança de leiaute durante o período-base (2018). Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios. Considera-se a data de realização das reformas.

R\$ 18.597.993,38

Gastos com reformas no período de referência (2017)

10.2. GRR

Despesa realizada com obras, reformas e mudança de leiaute, durante o período de referência (2017). Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios. Considera-se a data de realização das reformas.

R\$ 18.482.070,86

Variação de gastos com reforma

10.3. VGR

Percentual da variação dos gastos com reformas e mudanças de leiaute nas unidades no período-base (2018) em relação a esses gastos no período de referência (2017).

2017

(em relação ao ano de 2016)

-14,9%

2018

(em relação ao ano de 2017)

0,6%

GASTOS COM LIMPEZA

Gastos com contratos limpeza no período-base (2018)

11.1. GLB

Totalização de despesa realizada com reformas e mudança de leiaute durante o período-base (2018). Não são considerados os gastos com construção de novos edifícios. Considera-se a data de realização das reformas.

R\$ 118.053.237,80

Área contratada

11.2. m² Cont

Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.

2.079.749,47 m²

Gasto relativo com contratos limpeza

11.3. GRL

Despesa total realizada com o contrato de limpeza dos órgãos em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m² dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base (2018).

2017

R\$ 53,32/m²

2018

R\$ 56,76/m²

GASTOS COM LIMPEZA

Gastos com contratos de limpeza no período de referência (2017) **11.4. GLR**

Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período de referência (2017). Incluem-se as despesas decorrentes de contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.

R\$ 110.884.925,10

Variação dos gastos com contratos de limpeza **11.5. VGL**

Percentual de variação ou repactuação dos contratos de limpeza dos órgãos, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período base (2018) e período de referência (2017).

2017

(em relação ao ano de 2016)

-2,29%

2018

(em relação ao ano de 2017)

6,5%

Gasto com material de limpeza **11.6. GML**

Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Considera-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 11.1.

Considera-se evento gerador a data da requisição do material pelas unidades.

Os materiais de limpeza são fornecidos pela contratada

VIGILÂNCIA

Gastos com contratos de vigilância armada no período base

12.1. GVAB

Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância armada durante o período-base.

R\$ 207.710.224,01

Quantidade de postos de vigilância armada

12.2. QVAB

Quantidade total de postos de vigilância armada ao final do período base. Considera-se como uma unidade o posto ocupado por mais de um vigilante.

2.076 postos

Gasto relativo com vigilância armada

12.3. GRVA

Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância **armada**. Corresponde ao custo por posto de vigilância armada do órgão durante o período-base.

R\$ 100.053,09

Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base

12.4. GVDB

Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância desarmada durante o período-base.

R\$ 235.518,04

VIGILÂNCIA

Quantidade de postos de vigilância desarmada

12.5. QVD

Quantidade total de postos de vigilância desarmada ao final do período-base. Considera-se como uma unidade o posto ocupado por mais de um vigilante.

4 postos

Gasto relativo com vigilância desarmada

12.6. GRVD

Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância **desarmada**. Corresponde ao custo por posto de vigilância desarmada do órgão durante o período-base (2018).

R\$ 58.879,51

Gasto total com contratos de vigilância no período de referência (2017)

12.7. GVT

Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância, armada e desarmada, durante o período de referência (2017).

R\$ 197.063.633,21

Variação dos gastos com contratos de vigilância

12.8. VGV

Percentual de variação e repactuação dos contratos de vigilância dos tribunais, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período base (2018) e período de referência (2017).

2017

(em relação ao ano de 2016)

12,8%

2018

(em relação ao ano de 2017)

5,5%



VEÍCULOS

Quilometragem 13.1. Km

Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.

2017	2018
10.324.804,96 km	9.518.168,48 km



Quantidade de veículos a gasolina 13.2. VG

Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a gasolina, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

2017	2018
137 veículos	125 veículos

Quantidade de veículos a etanol 13.3. VEt

Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a etanol existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

0

Quantidade de veículos a flex 13.2. VF

Quantidade total de veículos *flex*, movidos a gasolina e etanol, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

2017	2018
1.130 veículos	1.118 veículos

VEÍCULOS

Quantidade de veículos a diesel

13.5. VD

Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

2017

45 veículos

2018

45 veículos

Quantidade de veículos a gás natural

13.6. VGN

Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a Gás Natural Veicular (GNV) existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

0

Quantidade de veículos híbridos

13.7. VH

Quantidade total de veículos híbridos, ou seja, movidos por eletricidade e combustíveis, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

0

Quantidade de veículos elétricos

13.8. VEI

Quantidade total de veículos elétricos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

0

VEÍCULOS

Quantidade de veículos 13.9. QVe

Quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.

2017

1.312 veículos

2018

1.288 veículos

Quantidade de veículos de serviço 13.10. QVs

Total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais. Não se computam veículos utilizados exclusivamente por magistrados.

2017

955 veículos

2018

931 veículos

Usuários por veículo de serviço 13.11. UVS

Quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais.

2017

76 usuários/veículo

2018

74 usuários/veículo

VEÍCULOS

Quantidade de veículos para transporte de magistrados 13.12. QVM

Quantidade total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para transporte de magistrados. Excluem-se os veículos já computados no item 13.10.

2017

357 veículos de magistrado

2018

357 veículos de magistrado

Usuários por veículo de magistrado 13.13. UVM

Quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente no transporte de magistrados.

2017

1 usuário/veículo

2018

1 usuário/veículo

Gasto com manutenção de veículos 13.14. GMV

Corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros). Não devem ser considerados os gastos com combustível nem os gastos com terceirização de motoristas.

2017

R\$ 3.906.454,40

2018

R\$ 2.716.178,96



VEÍCULOS

Gasto relativo com manutenção dos veículos 13.15. GRMV

Despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos.

2017
R\$ 2.977,48/ veículo

2018
R\$ 2.108,83/ veículo



Gastos com contratos de motoristas 13.16. GCM

Despesa corresponde à despesa realizada com contratos de motoristas.

2017
R\$ 17.501.633,25

2018
R\$ 22.594.105,00

Gasto relativo com contrato de motoristas 13.17. GRCM

Despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos.

2017
R\$ 13.339,66/ veículo

2018
R\$ 17.542,01/ veículo

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

Consumo de gasolina 14.1. CG

Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.

2017
435.991 litros

2018
453.690 litros

Consumo de etanol 14.2. CE

Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.

2017
1.022.380 litros

2018
1.063.380 litros

Consumo de diesel 14.3. CD

Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.

2017
55.433 litros

2018
46.451 litros



CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

Consumo de gás natural

14.4. CGN

Quantidade total de metros cúbicos de gás natural veicular (GNV) consumido.

O TJSP não possui veículos movidos a gás natural

Consumo relativo de álcool e gasolina

14.5. CRAG

Quantidade relativa de litros de álcool e gasolina consumidos por cada veículo.

2017

1.151,04 litros/veículo

2018

1.220,5 litros/veículo

Consumo relativo de diesel

14.6. GRGM

Quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo.

2017

1.231,84 litros/veículo

2018

1.032,24 litros/veículo



Consumo relativo de gás natural

14.7. CRGN

Quantidade relativa de metros cúbicos de gás natural veicular (GNV) consumido por cada veículo.

O TJSP não possui veículos movidos a gás natural

QUALIDADE DE VIDA

Participações em ações de qualidade de vida

15.1. PQV

Total de participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.

41.629 participantes

Quantidade de ações de qualidade de vida

15.2. AQV

Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

34 ações

Participação relativa em ações de qualidade de vida

15.3. PRQV

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

1,7 %

Participações em ações solidárias

15.4. PS

Total de participações do corpo funcional em ações solidárias.

840

QUALIDADE DE VIDA

Quantidade de ações solidárias 15.5. AS

Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

3 ações:

Campanha de Doação de Sangue: 323 doadores

Campanha de Doação de Medula Óssea: 302 cadastros

Corte Solidário: em 8/10/18. Ação realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, via Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde. Arrecadação gerada com o valor dos cortes de cabelo e de mechas doadas, encaminhada para a ONG Cabelegria (www.cabelegria.org), que confecciona perucas a pacientes em tratamento quimioterápico. Ao todo, 215 pessoas passaram pelos cortes, dentre as quais 120 doaram mechas.

Participação relativa em ações solidárias 15.6. PRS

Percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão.

0,4%

Ações de inclusão 15.7. Alnc

Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3 ações:

Campanha: lançamento em 11/9/28, com distribuição de cartazes (1.600), veiculação de notícias no site e intranet, e-mail marketing e vídeos.

Questionário: pesquisa para traçar o perfil dos funcionários e magistrados com alguma deficiência. O questionário *on-line* ficou disponível entre os dias 11/9 e 5/10 e recebeu 5.195 respostas: 4.951 de servidores e 244 de magistrados.

Canal de atendimento do Comitê: lançamento de e-mail para recebimento de sugestões

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ações de capacitação e sensibilização

16.1. Acap

Quantidade de ações de capacitação e sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

1 ação:

TJ Sustentável 2018: competição saudável entre 353 unidades do Estado (fóruns do interior + prédios da Capital) para estimular o consumo consciente de recursos naturais e bens públicos. A edição buscou a economia de água, energia, copos descartáveis e papel sulfite.

Participação em ações de sensibilização e capacitação

16.2. PSC

Total de participações em ações de sensibilização e capacitação durante o período-base.

47. 768 Participantes

Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental

16.3. PRSC

Percentual de participantes de ações de sensibilização e capacitação relacionadas à temática socioambiental em relação à força de trabalho total do órgão.

65%

3. Identificação das ações a serem modificadas em 2019

Ao analisar os resultados favoráveis pelo TJSP no item 1, em conjunto com os indicadores mínimos apresentados no item 2 deste Relatório, o Tribunal de Justiça de São Paulo identifica, para este ano, os seguintes itens:

- Revisão do PLS-TJSP;
- Implantação de nova edição do “TJ Sustentável”, competição saudável baseada na iniciativa do TJRN, em que os prédios buscam melhorar alguns índices de sustentabilidade ou de programa similar;
- Novos cursos na Escola Paulista de Magistratura (EPM) e na Escola Judicial dos Servidores (EJUS) voltados para o tema de sustentabilidade;
- Otimização da coleta seletiva nos prédios do TJSP;
- Alteração da forma de coleta dos dados de sustentabilidade;
- Sensibilização dos administradores prediais para elevar a qualidade dos dados coletados;
- Expansão de ações efetivas para a inclusão de pessoas com deficiência, a partir do diagnóstico derivado de questionário aplicado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.



Diretoria de Planejamento Estratégico | DEPLAN